

# Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo

**Fernando Perlatto**

*Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP-UERJ  
Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF  
fperlatto@yahoo.com.br*

## Resumo

Este artigo analisa as formulações críticas elaboradas por Angela de Castro Gomes em relação ao conceito de populismo, apresentadas em sua obra *A invenção do trabalhismo* e em escritos posteriores. Busca-se compreender como suas experiências intelectuais em três instituições de pesquisa – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e Universidade Federal Fluminense (UFF) – mostraram-se fundamentais para a elaboração de suas críticas ao modelo de interpretação populista, sobretudo aos trabalhos de Francisco Weffort sobre o tema. A análise dessa trajetória institucional possibilita pensar sobre a maneira pela qual as experiências de sociabilidade e de intercâmbio de ideias em instituições intelectuais importam na formulação de interpretações acadêmicas. Além disso, este estudo discute os principais argumentos de Angela de Castro Gomes em defesa da ideia do “pacto trabalhista” como contraposição à ideia de populismo, com o objetivo de destacar de que maneira suas análises contribuíram para repensar as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil.

**Palavras-chave** angela de castro gomes; populismo; trabalhismo; trajetória intelectual; instituições.

---

## Angela de Castro Gomes: intellectual career and paths of the concept of populism

### Abstract

This article analyzes the critical points made by Angela de Castro Gomes in relation to the concept of populism, published in her work *A invenção do trabalhismo* [The invention of laborism] and in later writings. We seek to grasp how her intellectual experiences in three research institutions – Rio de Janeiro University Research Institute (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro [IUPERJ]), Center for Research and Documentation in Contemporary History of Brazil (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil [CPDOC]), and Fluminense Federal University (Universidade Federal Fluminense [UFF]) – proved to be key in developing her critiques of the populist interpretation model, especially the formulations of Francisco Weffort on the subject. The analysis of this institutional trajectory makes it possible to think about the way in which the experiences of sociability and the exchange of ideas in intellectual institutions matter in the formulation of academic interpretations. Also, this study discusses the main arguments of Angela de Castro Gomes in defense of the idea of a ‘laborist pact’ as opposed to the idea of populism, with the aim of highlighting how their analyzes contributed to rethinking relations between the State and the working class in Brazil.

**Key words** angela de castro gomes; populism; laborism; intellectual career; institutions.

## Angela de Castro Gomes: trayectoria intelectual y rutas del concepto de populismo

### Resumen

Este artículo analiza las formulaciones críticas hechas por Angela de Castro Gomes en relación con el concepto de populismo, publicadas en su obra *A invenção do trabalhismo* [La invención del laborismo] y en escritos posteriores. Se busca comprender cómo sus experiencias intelectuales en tres instituciones de investigación – Instituto Universitario de Investigación de Río de Janeiro (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro [IUPERJ]), Centro de Investigación y Documentación en Historia Contemporánea de Brasil (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil [CPDOC]) y Universidad Federal Fluminense (Universidade Federal Fluminense [UFF]) – demostraron ser fundamentales para la elaboración de sus críticas al modelo de interpretación populista, especialmente los trabajos de Francisco Weffort sobre el tema. El análisis de esta trayectoria institucional permite pensar la forma en que las experiencias de sociabilidad y el intercambio de ideas en las instituciones intelectuales son importantes en la formulación de las interpretaciones académicas. Además, este estudio discute los principales argumentos de Angela de Castro Gomes en defensa de la idea de un “pacto laborista” en oposición a la idea de populismo, con el objetivo de resaltar cómo sus análisis contribuyeron a repensar las relaciones entre el Estado y la clase trabajadora en Brasil.

**Palabras clave** angela de castro gomes; populismo; laborismo; trayectoria intelectual; instituciones.

---

## Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e parcours du concept de populisme

### Résumé

Cet article analyse les formulations critiques élaborées par Angela de Castro Gomes en relation avec le concept de populisme, publiées dans son œuvre *A invenção do trabalhismo* [L'invention du travaillisme] et dans des écrits ultérieurs. Nous cherchons à comprendre comment ses expériences intellectuelles dans trois institutions de recherche – Institut Universitaire de Recherche de Rio de Janeiro (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro [IUPERJ]), Centre de Recherche et de Documentation sur l'Histoire Contemporaine du Brésil (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil [CPDOC]) et Université Fédérale Fluminense (Universidade Federal Fluminense [UFF]) – se sont révélées fondamentales pour l'élaboration de ses critiques du modèle d'interprétation populiste, notamment les travaux de Francisco Weffort sur le sujet. L'analyse de cette trajectoire institutionnelle permet de réfléchir à la manière dont les expériences de sociabilité et d'échange d'idées dans les institutions intellectuelles comptent dans la formulation des interprétations académiques. Cette étude examine également les principaux arguments d'Angela de Castro Gomes pour défendre l'idée d'un « pacte travailliste » par opposition à l'idée de populisme, afin de souligner comment leurs analyses ont contribué à repenser les relations entre l'Etat et la classe ouvrière au Brésil.

**Mots-clés** Angela de Castro Gomes; populisme; travaillisme; trajectoire intellectuelle; institutions.

### Introdução

No Brasil, a produção historiográfica tem crescido e se expandido de modo considerável nos últimos anos. A consolidação do sistema de pós-graduação e a ampliação do número de programas de Mestrado e Doutorado têm resultado em uma produção intelectual diversificada, que abrange os mais variados temas e objetos de pesquisa. Em meio a essa profusão de investigações desenvolvidas nas últimas décadas, pode-se identificar alguns historiadores cujas obras já se tornaram verdadeiros “clássicos”. Aqui, adoto o termo “clássico” para me referir a produções intelectuais que se converteram em referências incontornáveis para a abordagem de determinadas temáticas. Concorde-se ou não com os argumentos defendidos por tais pesquisadores, as reflexões por eles desenvolvidas se tornaram basilares para a discussão de certas problemáticas da historiografia brasileira.

Uma historiadora que desenvolveu trabalhos “clássicos” no Brasil sobre determinadas temáticas é Angela de Castro Gomes. Embora, ao longo de sua trajetória intelectual, ela venha trabalhando com objetos de investigação diversos, tornando-se referência central em diferentes áreas da pesquisa – destaque, por exemplo, suas produções em torno do pensamento social brasileiro e dos intelectuais (Gomes, 1999; Gomes & Hansen, 2016), da Primeira República (M. M. Ferreira & Gomes, 1989; Mourão & Gomes, 2014), da historiografia (Gomes, 1996b, 2009b), da história oral (Gomes, 2014a), da escrita epistolar (Gomes, 2004, 2005; Gomes & Schmidt, 2009), da imigração (Gomes, 2000; Gomes & Mauad, 2006), da Justiça do Trabalho (Gomes & Pessanha, 2010; Gomes & Silva, 2013) e do trabalho análogo à escravidão (Gomes, 2008b; Gomes, 2012) –, vale deixar patente

---

que ela é autora de uma obra que se tornou um “clássico” da produção historiográfica brasileira: *A invenção do trabalhismo* (Gomes, 1988a). Esse estudo e outros escritos subsequentes, que contêm desdobramentos das reflexões desenvolvidas na obra seminal, converteram-se em abordagens *sine qua non* para pensar a eficácia explicativa de uma categoria que ganhou amplo espaço no debate acadêmico das ciências humanas, de modo geral, e da historiografia brasileira, em particular, a saber: o *populismo*.

Ainda que o debate sobre esse conceito tenha se ampliado e se diversificado ao longo dos últimos anos (Perlatto, 2018; Perlatto & Chaves, 2016) – e, em tempos recentes, tenha reaparecido com maior destaque, em decorrência da ascensão de governos de direita que vêm sendo chamados de “populistas”, a exemplo de Donald Trump, nos Estados Unidos da América (EUA), Viktor Orbán, na Hungria, e Jair Bolsonaro, no Brasil –, não restam dúvidas de que as formulações de Angela de Castro Gomes sobre o populismo ainda são referências centrais para a discussão crítica desse conceito. Ao lado de outras publicações importantes, seus estudos foram cruciais tanto para a problematização de análises simplistas e maniqueístas da ideia de populismo quanto para a proposição de uma interpretação mais complexa da relação entre Estado e classe trabalhadora no Brasil.

Neste artigo, reflito sobre as formulações críticas de Angela de Castro Gomes em torno do conceito de populismo, assumindo como objeto de análise sua trajetória intelectual. Além de pensar de que maneira seu percurso profissional e institucional possibilita refletir de modo mais amplo sobre o desenvolvimento de suas formulações críticas relacionadas à temática do populismo, tenho interesse em discutir as principais objeções da autora a esse conceito, destacando especialmente suas críticas às formulações sobre o tema elaboradas pelo cientista político Francisco Weffort.

Parto do pressuposto de que acompanhar o percurso intelectual de Angela de Castro Gomes e suas análises críticas referentes ao conceito de populismo implica refletir sobre suas vinculações institucionais como aluna, professora e pesquisadora em espaços como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). A análise dessa trajetória institucional possibilita pensar sobre a maneira pela qual as experiências de sociabilidade e de intercâmbio de ideias em instituições intelectuais importam na formulação de interpretações acadêmicas. Além disso, esse tipo de abordagem proposta, preocupada em inquirir historicamente os rumos de um conceito como populismo, abre caminhos para uma compreensão mais alargada das transformações intelectuais e institucionais que ocorreram no campo acadêmico das ciências humanas, de modo geral, e da historiografia brasileira, em particular, ao longo das últimas décadas.

Para realizar essa reflexão, o artigo se divide em duas partes. Em um primeiro momento, buscarei refletir sobre a trajetória intelectual de Angela de Castro Gomes, procurando destacar de que modo os ambientes institucionais pelos quais ela transitou foram fundamentais para o desenvolvimento de suas reflexões críticas sobre o conceito de populismo e para uma formulação mais complexa sobre as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil. Na segunda parte, meu interesse é analisar de modo mais substantivo algumas das contribuições de Angela para esse

---

debate, dedicando maior atenção às suas produções intelectuais sobre a temática, que vão desde sua tese de doutorado (Gomes, 1987) até trabalhos mais recentes (Gomes, 2019). Analisar a trajetória institucional de Angela e os percursos do conceito de populismo possibilita compreender não apenas a obra de uma intelectual cujo trabalho se tornou “clássico”, mas discutir as transformações de importantes espaços institucionais da produção historiográfica no Brasil ao longo das últimas décadas.

## As instituições importam: IUPERJ, CPDOC e UFF

Pode-se dizer, sem quaisquer exageros retóricos, que *A invenção do trabalhismo* é um dos livros mais importantes e influentes já produzidos na historiografia brasileira sobre a história política republicana. A obra é o resultado de sua tese de doutorado (Gomes, 1987), defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ. Angela de Castro Gomes já havia realizado seu mestrado na instituição, concluindo sua dissertação (Gomes, 1978) sob a orientação de Renato Raul Boschi, que resultou no livro *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)* (Gomes, 1979), publicado pela recém-inaugurada Editora Campus em uma coleção dirigida por Wanderley Guilherme dos Santos, que posteriormente se tornaria o orientador de sua tese de doutorado.

A devida compreensão das formulações contidas em *A invenção do trabalhismo* passa pelo entendimento do ambiente institucional das ciências sociais no qual essa produção intelectual foi realizada. Como destacado pela própria Angela de Castro Gomes, o IUPERJ, do qual foi aluna entre 1974 e 1987, proporcionou a ela, além da orientação de Renato Raul Boschi e Wanderley Guilherme dos Santos, leituras de textos clássicos das ciências sociais e do pensamento social brasileiro, além do contato com autores da ciência política norte-americana, como Robert Dahl e Mancur Olson. Soma-se a isso a possibilidade da interlocução com professores diversos, como Cesar Guimarães, Carlos Hasenbalg, Edmundo Campos Coelho, Luiz Antonio Machado, Luiz Werneck Vianna, Amaury de Souza e José Murilo de Carvalho, tendo estes três últimos participado da banca de defesa da tese que deu origem ao livro, que também contou com as presenças de Boris Fausto e Leôncio Martins Rodrigues. O que é interessante perceber em seus depoimentos é de que maneira Angela sempre destaca a importância da *formação interdisciplinar* obtida no IUPERJ para a produção das obras *Burguesia e trabalho* e *A invenção do trabalhismo*, que se tornaria a primeira tese a ser defendida no programa de doutorado da instituição (Gomes, 2002)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A questão da interdisciplinaridade e da abertura para outras disciplinas já estava presente nas preocupações de Angela de Castro Gomes desde seu curso de Graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), como destacado por ela em seu Memorial: “o curso era bom, mas como estive na História entre os anos que vão de 1966 a 1969, aprendia-se muito na sala de aula, e mais ainda fora da sala de aula, especialmente no Diretório Acadêmico, onde textos diversos eram lidos e debatidos. *Eu logo fiquei convencida da fluidez entre as fronteiras disciplinares na área das ciências sociais*, pois enfrentávamos uma literatura diversificada, quase sempre sem orientação docente” (Gomes, 1995, p. 2).

---

Além desse ambiente intelectual interdisciplinar do IUPERJ, é fundamental chamar atenção para o fato de que as reflexões contidas em *A invenção do trabalhismo* dialogam com duas agendas de pesquisa que ganharam enorme destaque na produção dos cientistas sociais brasileiros nas décadas de 1970 e 1980: a) o autoritarismo; e b) a cidadania. Nos anos 1970, no contexto de vigência da ditadura inaugurada em 1964, o tema do autoritarismo passou a receber uma atenção mais destacada por parte das ciências sociais. Decifrar o passado autoritário do país, a partir do desenvolvimento de pesquisas históricas, era uma forma de compreender o presente e interpretar o novo período autoritário atravessado na década de 1970. A Revolução de 1930, em particular, tornou-se um momento histórico importante a ser decifrado e compreendido de modo mais complexo, com o intuito de analisar as particularidades e as contradições de nosso processo de modernização conservadora.

Essa agenda de pesquisa preocupada com a temática do autoritarismo pode ser verificada em diferentes trabalhos produzidos naquele contexto, a exemplo do artigo “A economia brasileira: crítica à razão dualista” (F. M. C. Oliveira, 1972) e dos livros *São Paulo e o Estado nacional* (Schwartzman, 1975), *Capitalismo e tradicionalismo* (J. S. Martins, 1975), *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 1975), *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Vianna, 1976), *Capitalismo autoritário e campesinato* (O. G. Velho, 1976) e *Ordem burguesa e liberalismo político no Brasil* (Santos, 1978)<sup>2</sup>. Apesar das particularidades dessas obras, elas compartilhavam a crítica às explicações “dualistas” que até então desfrutavam de hegemonia nas interpretações sobre a modernização brasileira, desenvolvidas principalmente no âmbito de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). O objetivo principal era evidenciar que, ao invés de uma contraposição, o que ocorreu foi uma coalizão e uma articulação entre as elites modernas e tradicionais nos anos 1930, no processo de consolidação e expansão do capitalismo no país.

Dentre as obras publicadas nos anos 1970 interessadas em analisar o autoritarismo no Brasil e a modernização conservadora, ênfase especialmente o livro *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Vianna, 1976), na medida em que ele aborda alguns tópicos que também serão explorados por Angela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo*, em especial as relações entre Estado e classe trabalhadora no processo de consolidação e de expansão do capitalismo no país. Vale destacar que, a despeito do fato de esse livro de Luiz Werneck Vianna ser o resultado de uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Francisco Weffort, nele já é possível identificar o tensionamento com algumas das formulações mais clássicas sobre o populismo elaboradas pelo autor, sobretudo aquelas ancoradas em uma interpretação excessivamente negativa da experiência varguista, que identificava nela apenas elementos de autoritarismo, coerção e manipulação. Posteriormente, esses aspectos foram explorados e sistematizados por outros autores, com destaque para Angela de Castro Gomes.

---

**2** Além dessas obras publicadas, também vale destacar a importância de teses de doutorado defendidas nesse contexto abordando a temática do autoritarismo, a exemplo de *Politique et Développement Économique: structure de Pouvoir et Système de Décision au Brésil (1930-1964)* (L. Martins, 1973) e *The agrarian roots of conservative modernization* (Reis, 1980).

---

Embora chamasse atenção para o caráter regressivo do sindicalismo corporativista varguista na construção de relações entre o Estado e as associações dos trabalhadores, Luiz Werneck Vianna (1976) apontava seu papel decisivo no processo de publicização das relações trabalhistas, regulamentando áreas antes pertencentes à esfera privada, até então descobertas pelo ordenamento jurídico. Dessa forma, não obstante reconhecesse o caráter recessivo do varguismo – principalmente por representar a conformação de um processo de incorporação social controlada, que interrompeu o movimento de constituição de uma identidade autônoma das classes subalternas, que vinha se construindo durante a Primeira República e que se acelerou nos anos 1920 –, a publicização promovida pela legislação varguista teria contribuído decisivamente para conter a ação do mercado sobre a força de trabalho, fazendo com que a comunicação entre capital e trabalho passasse a se dar pela intermediação do direito, um meio público, e não pelos recursos privados detidos por empresários e operários. A ordenação corporativa teria se constituído, por conseguinte, como uma construção complexa, na qual teriam sido combinados elementos destinados a exercer a coerção – principalmente por meio da busca do controle sobre os sindicatos – com elementos voltados à produção do consenso, sobretudo por meio de mecanismos direcionados à proteção social do trabalhador (Vianna, 1976).

Já no final dos anos 1970 e na década de 1980, a temática da cidadania no Brasil – que é um dos eixos centrais da reflexão proposta por Angela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo* – foi outra agenda que passou a adquirir um protagonismo mais significativo na produção dos cientistas sociais, sob enorme influência do papel desempenhado pelos movimentos sociais, em especial pelos sindicatos, na luta pela redemocratização do país. O conceito de cidadania começou a aparecer de modo mais explícito na bibliografia, como já se anunciava a partir do trabalho seminal de Wanderley Guilherme dos Santos (1979), *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*, no qual o autor desenvolveu o influente conceito de “cidadania regulada”. Essa obra, especialmente, exerceu forte influência sobre as reflexões que Angela de Castro Gomes desenvolveu posteriormente em *A invenção do trabalhismo*, sobretudo por dar destaque à centralidade da política social e dos direitos trabalhistas na conformação da cidadania no Brasil.

Vale notar que a tese de Angela de Castro Gomes também dialoga com um “clima” intelectual e político do final da década de 1970 e dos anos 1980, *Quando novos personagens entraram em cena* (Sader, 1988). Nesse contexto, marcado pelo surgimento do chamado “novo sindicalismo” e o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), vários cientistas sociais direcionaram suas agendas a questões relativas à questão da cidadania, às reivindicações em torno dos direitos sociais e ao tema da participação política dos trabalhadores, do que são modelares obras como *Por um novo sindicalismo* (Antunes, 1980), *O ABC da classe operária* (Ianni, 1980), São Paulo: *o povo em movimento* (Caldeira & Brant, 1980), *A classe operária e a abertura* (Vianna, 1983), *A luta dos loteamentos* (Silva, 1986) e *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”* (Lopes, 1986).

---

Nesse contexto, a produção intelectual sobre a relação entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, de Francisco Weffort, exercia enorme influência sobre as reflexões dos cientistas sociais. Suas formulações, desenvolvidas no âmbito do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), ancoravam-se na denúncia das relações heterônomas historicamente estabelecidas entre Estado e sindicatos no país e tinham como corolário a defesa da autonomia dos movimentos sociais em relação às agências estatais e a crítica às alianças pluriclassistas estabelecidas em torno do Estado, que impediam a conformação de uma verdadeira identidade de classe por parte dos trabalhadores (Gomes, 2001a). De acordo com Weffort, que atuou como Secretário-Geral do PT entre 1984 e 1988, a estratégia a ser adotada pelas forças progressistas – e o PT seria a organização política vocacionada para esse projeto – deveria ancorar-se na defesa de uma postura de autonomia dos trabalhadores, de modo a romper com a lógica nacional-desenvolvimentista dos governos populistas e com seus mecanismos de cooptação política, responsáveis pela manutenção das relações de sobreposição do Estado sobre a sociedade civil <sup>3</sup>.

Ao abordar de forma transversal temáticas como autoritarismo, direitos sociais e cidadania, a obra *A invenção do trabalhismo* pode ser vista como uma produção vinculada ao ambiente intelectual e político da época, na medida em que se interessa diretamente em refletir sobre a participação política dos trabalhadores. Soma-se ao ambiente institucional do IUPERJ e ao diálogo com a produção intelectual dos cientistas sociais naquela conjuntura o fato de que, como destacado por Angela de Castro Gomes na “Apresentação” da primeira edição do livro, durante os anos de elaboração de sua tese, a autora teve a oportunidade de discutir os resultados preliminares de sua pesquisa no Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro, criado no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). A experiência nesse espaço institucional abriu possibilidades para uma reflexão mais ampla sobre intelectuais autoritários como Oliveira Vianna e Alberto Torres – autores que também vinham sendo estudados de modo mais sistemático por cientistas sociais, sendo exemplar a obra *Ordem burguesa e liberalismo político no Brasil* (Santos, 1978) –, reflexão esta que teria enorme importância para suas análises sobre as particularidades do autoritarismo no Brasil nos anos 1930.

Além de sua formação no IUPERJ e do diálogo com o campo intelectual das ciências sociais *stricto sensu*, outro espaço importante que teve influência decisiva nas reflexões críticas ao conceito de populismo que Angela de Castro Gomes desenvolveria em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores foi o CPDOC, instituição na qual a autora ingressou como pesquisadora em 1976. O CPDOC foi criado em 25 de junho de 1973, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por Celina Vargas do Amaral Peixoto – neta do presidente Getúlio Vargas – com o apoio de outras pesquisadoras, como Aspásia Camargo e Alzira Abreu, constituindo-se como um centro de pesquisa, documentação e preservação da memória. Posteriormente, a instituição incorporou outras profissionais de perfil interdisciplinar, como a própria Angela de Castro Gomes, Lucia Lippi Oliveira,

---

**3** Para uma análise sobre as relações do conceito de populismo com a formação do PT e de suas transformações nos anos posteriores ver Perlatto (2016, 2019).

---

Helena Bomeny, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Celina Soares D'Araújo e Monica Pimenta Veloso, ampliando suas atividades de pesquisa e de formação ao longo dos anos, com suporte direto de agências e fundações de pesquisa como a Fundação Ford e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Como destacado por Helena Bomeny (2013, p. 90), a história política foi escolhida como “eixo central em torno do qual grande parte das atividades ali ensaiadas ganhava musculatura, continuidade e sistematização”. Além do arquivo de Getúlio Vargas, o CPDOC recebeu e incorporou ao longo dos anos outros acervos privados de lideranças políticas e intelectuais, como Oswaldo Aranha, Cordeiro de Farias, Gustavo Capanema, Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães, abrindo possibilidades para a construção de agendas de pesquisa voltadas ao estudo das elites políticas regionais e nacionais<sup>4</sup> e ao desenvolvimento de investigações sobre a história mais recente do Brasil<sup>5</sup>. As escolhas dessas agendas de trabalho acabaram por gerar desconfiância por parte de alguns dos historiadores e cientistas sociais que, de um lado, não viam com bons olhos pesquisas sendo desenvolvidas sobre períodos mais contemporâneos da história do país – na medida em que o estudo sobre o período pós-1930 poderia levar à perda de uma suposta “neutralidade” do historiador –, e, de outro, não encaravam positivamente investigações desenvolvidas sobre as elites políticas e intelectuais em um país tão desigual como o Brasil, como se a escolha dessa agenda de pesquisa significasse referendar os pontos de vista dessas mesmas elites.

Além da ênfase na história política, da abertura da legitimidade para o estudo da história mais recente e da possibilidade de ter contato com acervos das elites políticas e intelectuais da Era Vargas, vale destacar duas outras características do CPDOC que contribuíram para a criação de um ambiente intelectual propício para as formulações críticas sobre o populismo que Angela de Castro Gomes desenvolveria em *A invenção do trabalhismo*. Em primeiro lugar, é importante chamar atenção para o fato do CPDOC, assim como o IUPERJ, ter se constituído como uma instituição intrinsecamente interdisciplinar. Gilberto Velho (2003, p. 17) enfatiza a orientação interdisciplinar desse centro, com suas agendas de pesquisa ancoradas em “metodologias integradoras de diferentes tradições disciplinares”. Como ressaltado pelo autor, “as diferentes perspectivas e tradições disciplinares se cruzam e se complementam diante de objetos de pesquisa complexos que requerem esses múltiplos olhares, pontos de vista e estratégias” (G. Velho, 2003, p. 19). Para Luciana Heymann (2016, p. 543), “a articulação entre historiadores, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos deu uma feição única à produção acadêmica e ao *éthos* institucional, marcando profundamente muitas trajetórias e projetos”. As próprias agendas de pesquisa que se converteram como prioritárias das investigações dos professores associados ao CPDOC – como a história política e o pensamento social brasileiro – tinham a marca identitária da interdisciplinaridade e do diálogo entre história e ciências sociais.

---

**4** A própria Angela de Castro Gomes (1980) organizou um livro sobre elites regionais, intitulado *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 1930*, contendo artigos de Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho, Dulce Pandolfi, Maria Helena de Magalhães Castro, Helena Bomeny e Lúcia Lahmeyer Lobo.

**5** O CPDOC desempenhou papel fundamental para a consolidação da *história do tempo presente* como campo legítimo de pesquisa no Brasil. Sobre o tema ver M. M. Ferreira (2018).

---

Em segundo lugar, o CPDOC foi uma instituição pioneira no desenvolvimento da metodologia da chamada *história oral*. Conquanto as primeiras experiências no campo da história oral datem de meados dos anos 1970, a partir de cursos oferecidos na FGV por especialistas norte-americanos e mexicanos patrocinados pela Fundação Ford, ela passou a ganhar maior difusão e legitimidade nos anos 1980 e 1990, muito em decorrência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do CPDOC. Apesar dos preconceitos inicialmente existentes em relação aos depoimentos orais como fontes de pesquisa, gradativamente esse campo foi se ampliando e se consolidando, sobretudo a partir da criação, em 1994, da Associação Brasileira de História (ABO)<sup>6</sup>. Como destacado por Angela de Castro Gomes, a experiência com a metodologia da história oral aprendida no CPDOC – “como organizar roteiros, ter um projeto, contatar o depoente, fazer esse tipo de coisa” (Gomes, 2009a, p. 334) –, com a qual já havia tido contato mais sistemático quando entrevistou deputados constituintes de 1933 e 1934 para a elaboração do livro *Regionalismo e centralização política* (Gomes, 1980), foi fundamental para as pesquisas com antigos militantes realizadas durante a elaboração de sua tese de doutorado. Esses depoimentos abriram novas possibilidades para uma reflexão mais renovada sobre as relações entre os trabalhadores e o Estado varguista<sup>7</sup>.

Um aspecto fundamental a destacar em relação ao CPDOC é que ele foi se constituindo nos anos 1970 e 1980 como espaço central para o desenvolvimento de pesquisas que buscavam pensar os anos 1930 e a Era Vargas de modo mais complexo, preocupando-se não apenas com as questões vinculadas à política, mas também com aspectos relacionados à cultura. Nesse sentido, diversos estudos foram produzidos para analisar não apenas os aspectos repressivos do varguismo, mas também de que maneira ele construiu consensos e obteve legitimidade entre amplos setores da população, mobilizando para tanto elementos simbólicos e instrumentos do aparelho cultural. A título de exemplo dessa agenda de pesquisa mais renovada sobre a Era Vargas, vale mencionar o Seminário Internacional promovido pela instituição em 1980 sobre os 50 anos da Revolução de 1930, que reuniu pesquisadores de diversas instituições, resultando na publicação, em 1983, pela Ed. UnB, de um livro de 772 páginas, intitulado *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC)<sup>8</sup>. Também se destaca a publicação pela Editora Zahar do livro *Estado Novo: ideologia e poder* (L. L. Oliveira, Velloso, & Gomes, 1982), no qual as autoras discutem aspectos diversos do Estado Novo<sup>9</sup>. Nos anos seguintes

---

**6** Sobre a história oral no Brasil ver, entre outros M. M. Ferreira (2002) e Gomes (2014a).

**7** No mesmo ano em que lançou *A invenção do trabalhismo*, Angela de Castro Gomes (1988b) também publicou, pela Editora Zahar, o livro *Velhos militantes: depoimentos*, com declarações de trabalhadores ativistas entre 1910 e 1950.

**8** De acordo com Helena Bomeny (2013, p. 96-97), 3 exposições importantes foram realizadas no início dos anos 1980 com base em arquivos do CPDOC: a mostra realizada na Galeria de Fotografia da Funarte em 1980, cujo catálogo foi publicado pela Editora Nova Fronteira com o título *A Revolução de 30 e seus antecedentes* (Fundação Getúlio Vargas, 1980); a exposição *Revolução de 32: A Fotografia e a Política*, ocorrida em 1982, na Galeria de Fotografia da Funarte; e uma exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), em 1983.

**9** Como destacado por Angela de Castro Gomes em entrevista: “Trabalhávamos juntas [Lúcia Lippi Oliveira, Monica Pimenta Veloso e Angela de Castro Gomes], inclusive na mesma sala. Lúcia e eu éramos doutorandas e Mônica, mestranda. Reunimos capítulos de nossos trabalhos que estavam em construção e montamos um livro. Nós todas estávamos trabalhando de alguma maneira com o Estado Novo” (L. L. Oliveira, Velloso, & Gomes, 1982, p. 336).

---

da década de 1980, outros trabalhos seriam publicados – a exemplo de *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro* (Gomes & D’Araujo, 1987) –, evidenciando a importância do CPDOC como ambiente intelectual propício para uma compreensão mais complexa e diversificada da Era Vargas.

Além do IUPERJ e do CPDOC, outra instituição fundamental para a compreensão das reflexões desenvolvidas por Angela de Castro Gomes foi o Departamento de História da UFF. Ainda que tenha ingressado na instituição em 1984, como professora do Departamento de Ciências Sociais, tendo se transferido para o Departamento de História apenas em 1987, foi no âmbito dessa instituição que Angela desenvolveu uma parte significativa de suas reflexões críticas sobre o populismo. Em relação a esse aspecto, pode-se compreender muitas das formulações da obra *A invenção do trabalhismo* em diálogo com diversos trabalhos historiográficos produzidos naquela conjuntura dos anos 1970 e 1980, que tinham em comum uma forte interlocução com o movimento intelectual de renovação historiográfica do período, marcado pela crítica aos modelos de explicação estruturalistas, totalizadores e quantitativistas, pela centralidade conferida aos indivíduos e à dimensão da agência, pelo maior interesse em questões ligadas à cultura e por um novo olhar lançado aos setores subalternos, a partir da “história vista de baixo”<sup>10</sup>.

*A invenção do trabalhismo*, nessa perspectiva, pode ser interpretado como um estudo exemplar das mudanças ocorridas na historiografia brasileira dos anos 1980, caracterizadas pela valorização do “paradigma da agência” (Chalhoub & Silva, 2009) e pela atenção que passaram a ganhar nas pesquisas os chamados “excluídos da história” – para dialogar com o título do livro de Michelle Perrot, que exercerá forte influência sobre os historiadores do período. Instituições como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a UFF, em especial, que expandiram e consolidaram seus sistemas de pós-graduação na década de 1980, constituíram-se como espaços centrais dessas novas agendas de investigações, com pesquisas voltadas à chamada “história vista de baixo” – em especial, os escravos, os libertos e os trabalhadores urbanos –, a partir de um diálogo direto com a historiografia internacional interessada em problematizar os modelos de explicação totalizantes e em valorizar as dimensões da ação dos sujeitos históricos<sup>11</sup>. Um dos autores de maior referência nesse movimento de renovação historiográfica foi Edward P. Thompson, cujas reflexões – sobretudo aquelas desenvolvidas em *A formação da classe operária inglesa* (Thompson, 1987) – tiveram influência destacada nas interpretações críticas desenvolvidas por Angela de Castro Gomes em relação ao populismo em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores<sup>12</sup>.

---

**10** Esse movimento de renovação historiográfica teve um impacto particularmente forte sobre as pesquisas de história política desenvolvidas no Brasil, como destacado por Angela de Castro Gomes (1996a).

**11** A dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Sidney Chaloub – *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque* (Chaloub, 1984) e *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte* (Chaloub, 1989) –, defendidas, respectivamente, na UFF e na Unicamp são dois estudos exemplares dessa nova agenda de pesquisa da historiografia brasileira dos anos 1980.

**12** Sobre a influência de Thompson, vale a leitura de trechos da entrevista de Angela de Castro Gomes: “A sorte que eu dei foi que, justamente nesse momento, o livro do Thompson chegou no Brasil; era difícil, estava em inglês, mas chegou. Aí eu fiz um curso com o Amaury de Souza, que era eu, a Maria Celina d’Araújo e ele. Era um curso especial, só para ler o

---

Nos anos seguintes à finalização de sua tese de doutorado, Angela de Castro Gomes escreveria outros textos essenciais à crítica ao populismo, em interlocução direta com colegas do Departamento de História da UFF. Exemplar nesse sentido foi a publicação da coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica* (J. Ferreira, 2001). Além dos diálogos estabelecidos com o próprio J. Ferreira<sup>13</sup> – cujas reflexões contidas em obras como *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* (J. Ferreira, 1997) foram muito influenciadas pelo livro *A invenção do trabalhismo* –, há que se destacar sua interlocução com Daniel Aarão Reis (1995, p. 15), com quem debateu “o tema dos partidos políticos e das práticas eleitorais, nos momentos em que o país vivia suas duas primeiras eleições presidenciais, em 1989 e em 1994, após os anos do regime militar”. E é precisamente a Daniel Aarão Reis (1995) que Angela de Castro Gomes (2001b) agradece pelos comentários à versão preliminar do texto seminal para a crítica ao populismo “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, que abre a coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica* (J. Ferreira, 2001).

Os trabalhos de Angela de Castro Gomes críticos ao populismo teriam, ainda, ao longo dos anos seguintes, enormes afinidades com outras agendas de investigação desenvolvidas no âmbito da UFF, sobretudo aquelas interessadas em interpretar de modo mais complexo as relações entre Estado e sociedade no Brasil em períodos autoritários, com o intuito de compreender o papel dos civis na construção e na manutenção de tais regimes. Exemplares nesse sentido foram as pesquisas desenvolvidas por professoras da UFF, como Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, dedicadas a pensar a construção social dos regimes autoritários, em uma agenda de investigação muito influenciada pelos trabalhos de Daniel Aarão Reis sobre o golpe de 1964 e a ditadura no Brasil. O capítulo “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”, de autoria de Angela de Castro Gomes (2011), publicado na coletânea *A construção social dos regimes autoritários*, organizada por D. Rollemberg e S. V. Quadrat, é resultado dessa interlocução voltada a uma compreensão mais complexa e multifacetada das relações entre Estado e sociedade no Brasil.

## A crítica ao populismo e o “pacto trabalhista”

As três instituições discutidas no tópico anterior – IUPERJ, CPDOC e UFF – constituíram-se como espaços de sociabilidade, discussão acadêmica e produção intelectual de enorme relevância

---

Thompson” (Gomes, 2009a, p. 331); “Eu entrei no doutorado em 81; isso foi em 82. Mas o Thompson apareceu pouco na tese, porque não era fácil de incorporar” (Gomes, 2009a, p. 331). “Eu fiquei efetivamente convencida de que qualquer tipo de explicação de história e de ciências sociais que não considera os atores políticos, realmente como atores, é inconsistente. Para mim, a maior dificuldade na abordagem do populismo é exatamente essa; você tem atores de um lado, e de outro tem massa de manobra. O Thompson não está discutindo diretamente esse ponto, mas seu tratamento da classe trabalhadora é claro e é acachapante” (Gomes, 2009a, p. 332).

**13** Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira escreveram juntos alguns trabalhos nos quais a crítica à interpretação populista aparece de forma destacada, a exemplo dos livros *Jango: as múltiplas faces* (Gomes & Ferreira, 2007) e *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (Gomes & Ferreira, 2014) e do artigo “Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação” (Gomes, & Ferreira, 2019).

---

no percurso intelectual de Angela de Castro Gomes e tiveram influência decisiva nas interpretações críticas ao conceito de populismo, originalmente formuladas em *A invenção do trabalhismo* e desenvolvidas em trabalhos posteriores. Nesta seção, a partir da seleção de alguns textos escritos pela autora ao longo dessa trajetória institucional, buscarei destacar e analisar os argumentos centrais que estruturaram sua crítica às ideias de Francisco Weffort e ao modelo de interpretação populista, bem como suas formulações em torno do conceito de trabalhismo.

Vale chamar a atenção para o fato de que, embora a crítica ao populismo já estivesse fortemente presente em *A invenção do trabalhismo*, ela não aparece de modo tão explícito nessa obra como ocorrerá em produções acadêmicas posteriores. Apesar do fato de alguns dos estudos mais centrais de Weffort serem citados ao longo do livro – como sua tese de doutorado, *Classes populares e política* (Weffort, 1968), sua tese de livre-docência, *Sindicato e política* (Weffort, 1972) e seu artigo “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964” (Weffort, 1978) –, as referências críticas ao autor não são tão diretas, muito em decorrência do contexto em que a obra foi escrita. Como destacado em depoimento por Angela de Castro Gomes, sobretudo pelo fato das formulações de Weffort terem muito “*a ver com uma luta dentro da esquerda, que não vinha ao caso para mim*” e pela razão de *A invenção do trabalhismo* ser uma tese de doutorado, “*seria simplesmente ridículo, além de deselegante, desrespeitoso e burro de minha parte*” fazer um capítulo para discutir com Weffort. Em decorrência desses fatores, ela e seu orientador, Wanderley Guilherme dos Santos, decidiram “que a palavra [populismo] não apareceria na tese” (Gomes, 2009a, p. 331).

De todo modo, a análise contida em *A invenção do trabalhismo*, ancorada na ideia do “pacto trabalhista”, já representava uma forte crítica ao conceito de populismo e a proposição de uma perspectiva mais complexa para interpretar as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, sobretudo na Era Vargas. Um dos méritos principais da reflexão de Angela reside justamente na proposição de uma nova periodização para compreender o Estado Novo, encarando-o não como um bloco coeso e homogêneo, mas dividido em 2 tempos: a) de 1937 a 1942, quando os elementos da coerção e da censura da ditadura varguista teriam predominado como forma de dominação; e b) de 1942 a 1945, momento de construção de um “novo Estado Novo”, quando, em decorrência de questões internacionais – com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com o alinhamento do Brasil aos EUA – e nacionais – com as crises internas atravessadas pelo regime –, o governo passou a reforçar sua busca por legitimidade mobilizando para tanto meios simbólicos, como o quadro “Falando aos trabalhadores do Brasil”, no programa de rádio “Hora do Brasil”, conduzido por Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho do governo Vargas.

O discurso construído nesse programa dialogava e se apropriava de diversas reivindicações e demandas dos trabalhadores ao longo da Primeira República, conferindo-lhes novos sentidos e significados e apresentando as ações relacionadas à legislação trabalhista, previdenciária e sindical do Estado Novo como se fossem dádivas e doações. Ações simbólicas como essas, que buscavam apresentar o direito social como um favor – somadas a outras medidas levadas adiante pelo governo

---

a partir de 1942, a exemplo de iniciativas para estimular a sindicalização, a criação do imposto sindical e a implementação do Decreto-Lei n. 5.452 (Consolidação das Leis do Trabalho [CLT], 1943) –, foram fundamentais no sentido de construir uma “comunicação política” entre o Estado varguista e os trabalhadores, produzindo adesão e legitimidade. A complexidade dessa relação não poderia ser confundida somente com a ideia de manipulação que estruturava as interpretações populistas das relações entre dominantes e dominados.

Em artigos publicados nos anos seguintes, Angela de Castro Gomes desenvolveria de modo ainda mais sistemático as reflexões críticas ao populismo, estabelecendo uma interlocução mais direta com os trabalhos de Francisco Weffort. Um artigo central nesse sentido é “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” (Gomes, 2001b). Nesse texto, Angela reconstrói a trajetória do conceito no Brasil, desde meados dos anos 1950, com o intuito de “identificar e delinear as principais propostas elaboradas para conformar a categoria na experiência brasileira” (Gomes, 2001b, p. 20). Além de situar historicamente as primeiras formulações mais sistemáticas sobre o conceito – elaboradas por intelectuais vinculados ao Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política (IBESP) e, depois, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) –, a autora analisa pormenorizadamente os trabalhos de Francisco Weffort, destacando que, a despeito de eventuais tensões na argumentação, as formulações do autor acabam por reforçar a ideia do populismo como política de “manipulação” das massas.

De acordo com a leitura que Angela de Castro Gomes faz das formulações de Weffort, nas relações estabelecidas entre o Estado/líder e os trabalhadores/povo, o Estado e o líder são concebidos como fortes e ativos, enquanto os trabalhadores são vistos como fracos e passivos, não tendo “capacidade de impulsão própria”, por não estarem “organizados como classe” (Gomes, 2001b, p. 34-35). Segundo a autora:

As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente (Gomes, 2001b, p. 35).

Em textos publicados nos anos seguintes, Angela de Castro Gomes consolidou suas reflexões críticas referentes às leituras de Weffort acerca da política populista. Isso pode ser verificado em artigos como “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil” (Gomes, 2011), “O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil” (Gomes, 2014b) e “Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo” (Gomes, 2019). Nesses textos, Angela retoma suas críticas àquilo que denomina “modelo populista de relações de dominação”, que entende o povo como

---

“destituído de sua autonomia e consciência política, quando submetido às modernas estratégias de propaganda próprias aos líderes carismáticos dessas sociedades urbano-industriais de massa” (Gomes, 2014b, p. 24).

A autora busca enfatizar que o conceito de populismo “seria excessivamente simplista” para a compreensão da Era Vargas e, mais precisamente, do período do Estado Novo, na medida em que estaria “ancorado tanto na ideia de um aparelho de Estado maquiavélico e todo-poderoso como na de uma classe trabalhadora desprovida de consciência e impulsão próprias; de um Estado sujeito histórico e de uma classe trabalhadora objeto passivo de sua ação” (Gomes, 2011, p. 60). O grande problema do “modelo populista de interpretação das relações entre governantes e governados” residiria precisamente no entendimento equivocado de que os “dominados podem e são, com frequência, praticamente destituídos de autonomia e consciência, quando submetidos a estratégias políticas próprias da sociedade de massas” (Gomes, 2011, p. 60). Nesse sentido, “tudo que era qualificado como ‘populista’ enfatizava uma dimensão de ‘manipulação’ do Estado sobre as ‘massas’, mesmo quando se reconhecia sua ambiguidade” (Gomes, 2011, p. 60). Contestar essa perspectiva significava, em diálogo com a bibliografia então mobilizada pela autora – com destaque para Edward P. Thompson – reconhecer os trabalhadores como sujeitos e valorizar a ideia de que, a despeito “da força do Estado que sobre eles se abatia”, eles “também tinham uma posição política ativa” (Gomes, 2011, p. 60).

O objetivo proposto por Angela de Castro Gomes é, em perspectiva diversa à leitura populista, pensar o Estado varguista a partir de suas contradições, de sua complexidade e reforçar a lógica da ambiguidade. Nessa interpretação, a ideia de manipulação – tão central nas formulações do populismo – “deixava de ter um sentido tão unidirecional (significando o poder absoluto do Estado), sendo postulada como tendo uma ambiguidade constitutiva”, configurando-se tanto como “uma forma de controle do Estado sobre as massas trabalhadoras”, quanto como “uma forma real de atendimento de suas demandas” (Gomes, 2011, p. 60). Ainda que existisse uma “dimensão de mascaramento” nas relações do Estado varguista com os trabalhadores, a chamada “política populista” concretizada pelo Estado Novo teria, na prática, sido “vivenciada pela classe trabalhadora como uma possibilidade de acesso a direitos, eminentemente sociais” (Gomes, 2011, p. 60). A consideração dos trabalhadores como sujeitos e como interlocutores do Estado resultava na problematização da “dicotomia, muito vigente, entre autonomia e heteronomia da classe trabalhadora, como forma de designar e explicar a ausência de lideranças ‘verdadeiras’ e de sua ‘falta de consciência’ ou sua ‘consciência possível’” (Gomes, 2011, p. 61), e implicava o reconhecimento de um “diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas políticas um do outro” (Gomes, 2011, p. 61). A “obediência dos trabalhadores” ao Estado passava a ser compreendida tanto como “uma possibilidade de efetivação de controles do Estado sobre suas organizações” quanto “como um canal de comunicação política que se abria para elas, estabelecendo um novo lugar de interlocutor político, reconhecido e há muito perseguido” (Gomes, 2011, p. 65).

---

O conceito de “pacto trabalhista” proposto pela autora seria formulado a partir da crítica à interpretação populista, recusando “a ideia de uma classe trabalhadora essencialmente boa, mas passiva ou sem uma ‘verdadeira consciência’”, abarcando um “complexo conjunto de interesses e crenças, do qual participaram, de forma ativa, também os trabalhadores” (Gomes, 2014b, p. 28). Esse “pacto”, que se ancorava tanto na palavra e na ação do Estado quanto na palavra e na ação da classe trabalhadora, deveria ser compreendido a partir de 2 dimensões basilares: a) a *simbólica*, que “se traduziria pela construção de um cuidadoso discurso de propaganda do regime, que marcaria profundamente a cultura política brasileira, desde então” (Gomes, 2011, p. 65); e b) a *organizacional*, que se constituiria na “criação de um instrumental institucional em que uma das faces é o modelo de sindicalismo corporativo, e a outra, um acoplamento a um sistema político partidário” (Gomes, 2011, p. 62). Seria a partir dessa “dupla lógica” – material e simbólica – que, a despeito das relações de força e desarmonia existentes, o Estado e o povo se reconheceriam mutuamente. Essa dinâmica explicaria as razões pelas quais os trabalhadores se dirigiam “ao Estado ‘reclamando’ direitos que são seus e devem ser cumpridos por empresários e autoridades governamentais” (Gomes, 2011, p. 65).

Assim como outras pesquisas que foram desenvolvidas e publicadas ao longo dos anos 1990 e 2000 – a exemplo de *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* (J. Ferreira, 1997) e *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* (Capelato, 1998) –, os trabalhos de Angela de Castro Gomes sobre o “pacto trabalhista” tiveram uma importância decisiva para repensar as relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil. Não obstante o fato do conceito de populismo continuar sendo mobilizado por diferentes autores para a análise de determinados períodos históricos, bem como da política contemporânea, não restam dúvidas de que as críticas a esse termo formuladas por Angela em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores, contribuíram substantivamente para uma interpretação mais complexa e nuançada sobre as formas de dominação no país. As pesquisas dedicadas à temática têm cada vez mais conferido maior capacidade de ação e de autonomia aos setores populares, compreendo-os como sujeitos sociais que, a despeito das relações de poder, também pensam, formulam e constroem estratégias para a reivindicação, a conquista e a manutenção de seus direitos.

## Conclusão

Uma das principais dificuldades envolvidas no desenvolvimento de pesquisas sobre intelectuais é a articulação entre *texto* e *contexto*. Um estudo dedicado à compreensão de um intelectual específico corre sempre o risco de ficar demasiadamente centrado na análise substantiva de seus argumentos, perdendo-se de vista sua inscrição institucional, as redes de sociabilidade construídas, as tradições intelectuais, as linguagens, os temas e os conceitos da época, além da conjuntura política e social mais ampla na qual a obra foi produzida. Por outro lado, um estudo sobre os intelectuais também pode exagerar na importância do contexto, deixando de lado tanto

---

as questões subjetivas do intelectual que produz aquele trabalho e de sua autonomia como sujeito social quanto as ideias propriamente ditas e elaboradas por ele. Encontrar esse equilíbrio é um dos maiores desafios para aqueles que se dedicam ao estudo da história intelectual.

A despeito das limitações, o que se buscou neste artigo foi um exercício interpretativo da trajetória intelectual de Angela de Castro Gomes e de suas discussões sobre o conceito de populismo, de modo a refletir de que maneira as instituições pelas quais ela transitou profissionalmente se mostraram fundamentais para o desenvolvimento de suas críticas ao modelo populista de interpretação das relações entre Estado e classe trabalhadora. Parti do pressuposto segundo o qual a formulação dos argumentos críticos ao populismo elaborados por Angela em *A invenção do trabalhismo* e em trabalhos posteriores deve ser compreendida tanto em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo quanto a partir de sua inscrição no IUPERJ, no CPDOC e na UFF, as três instituições centrais da sua trajetória profissional. Essas instituições se conformaram como importantes espaços de formação intelectual, de sociabilidade pessoal, de debate de teorias, de conceitos e práticas de pesquisa e de interlocução de ideias, constituindo ambientes favoráveis para que Angela pudesse desenvolver uma análise mais complexa das relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil, ancorada na ideia do “pacto trabalhista”, que busquei discutir mais pormenorizadamente na segunda parte do texto.

Ainda há um número reduzido de trabalhos dedicados à análise das trajetórias profissionais, dos espaços institucionais e da produção intelectual de historiadores que assumiram papéis decisivos para a institucionalização e para a consolidação da disciplina no país, para a renovação da produção historiográfica e para a conformação desse campo intelectual, que vêm se ampliando e se diversificando ao longo dos anos<sup>14</sup>. Partindo da análise da produção crítica de Angela de Castro Gomes sobre o populismo, este artigo consiste em um exercício analítico orientado por essa agenda de pesquisa, além de ser uma modesta homenagem a uma intelectual cuja trajetória profissional deve ser constantemente reconhecida e valorizada por sua importância para a historiografia brasileira.

---

**14** A coleção organizada pela Editora UFMG e pela Fundação Perseu Abramo com coletâneas abordando as trajetórias de intelectuais diversos, como Wanderley Guilherme dos Santos, Silviano Santiago, Maria da Conceição Tavares, Gabriel Cohn, além de historiadores como Boris Fausto e Evaldo Cabral de Mello, foi uma iniciativa importante nesse sentido. Angela de Castro Gomes (2008a) foi a organizadora do volume dedicado a Boris Fausto.

---

## Referências bibliográficas

- Antunes, R. (Org.). (1980). *Por um novo sindicalismo*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bomeny, H. (2013). Ciências sociais e história: encontro institucional. In J. P. A. Nunes, & A. Freire (Orgs.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares Cruzados* (pp. 81-110). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Caldeira, V., & Brant, S. (1980). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo, SP: Vozes.
- Capelato, M. H. R. (1998). *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. (1983). *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC). Brasília, DF: Ed. UnB.
- Chaloub, S. (1984). *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- Chaloub, S. (1989). *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Chalhoub, S., & Silva, F. T. (2009). Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth*, 14, 11-50.
- Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943*. (1943). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, DF.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Ferreira, J. (1997). *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Ferreira, J. (Org.). (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Ferreira, M. M. (2002). História, tempo presente e história oral. *Topoi: Revista de História*, 1(5), 314-332.
- Ferreira, M. M. (2018). Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, 10, 80-108.
- Ferreira, M. M., & Gomes, A. C. (1989). Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, 2(4), 244-280.
- Fundação Getúlio Vargas. (1980). *A revolução de 30 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Gomes, A. C. (1978). *Burguesia e legislação social no Brasil (1917-1937)* (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

- 
- Gomes, A. C. (1979). *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Gomes, A. C. (Org.). (1980). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 1930*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Gomes, A. C. (1987). *A invenção do trabalhismo* (Tese de Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Gomes, A. C. (1988a). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, SP: Vértice.
- Gomes, A. C. (1988b). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Gomes, A. C. (1995). *Memorial de Angela de Castro Gomes*. [s.l.]: [s.n.].
- Gomes, A. C. (1996a). Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, 9(17), 59-84.
- Gomes, A. C. (1996b). *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C. (1999). *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C. (Org.). (2000). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Gomes, A. C. (2001a). Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito In J. Ferreira (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica* (pp. 17-57). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C. (2001b). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In J. Ferreira (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica* (pp. 17-53). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C. (2002). Angela de Castro Gomes: entrevista. In J. G. Moraes, & J. M. Rego (Orgs.), *Conversas com historiadores brasileiros* (pp. 289-310). São Paulo, SP: Ed. 34.
- Gomes, A. C. (Org.). (2004). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C. (Org.). (2005). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Gomes, A. C. (2008a). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Gomes, A. C. (2008b). Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História. Oral*, 11 (1-2), 11-41.
- Gomes, A. C. (2009a). Entrevista. *Escritos: Fundação Casa Rui Barbosa*, 3, 313-342.
- Gomes, A. C. (2009b). *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm.
- Gomes, A. C. (2011). Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In D. Rollemberg, & S. V. Quadrat (Orgs.), *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso, consentimento no século XX* (pp. 35-70). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

- 
- Gomes, A. C. (2012). Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, 32(64), 167-184.
- Gomes, A. C. (2014a). Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: O que somos? O que queremos ser? *História Oral*, 17(1), 163-192.
- Gomes, A. C. (2014b). O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil. *Sinais Sociais*, 9(25), 9-37.
- Gomes, A. C. (2019). Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo In: J. Ferreira, & L. A. N. Delgado. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo* (pp. 173-201). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C., & D'Araujo, M. C. S. (1987). *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C., & Ferreira, J. (2007). *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C., & Ferreira, J. (2014). *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C., & Ferreira, J. (2019). Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista de História*, 24, 251-275.
- Gomes, A. C., & Hansen, P. S. (Orgs.). (2016). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C., & Mauad, A. M. (2006). *Memórias da imigração espanhola em Niterói*. Niterói, RJ: Ed. UFF.
- Gomes, A. C., & Pessanha, E. G. (Org.). (2010). *Memória da Justiça do Trabalho: trajetória de juizes*. Porto Alegre, RS: Alegre Poa.
- Gomes, A. C., & Schmidt, B. B. (2009). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Gomes, A. C., & Silva, F. T. (Org.). (2013). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- Heymann, L. (2016). Pioneiras e construtoras: breve nota sobre a contribuição de Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi de Oliveira à trajetória do CPDOC. *Estudos Históricos*, 29, 541-550.
- Ianni, O. (1980). *O ABC da classe operária*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Lopes, J. S. L. (1986). *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo, SP: Marco Zero.
- Martins, L. (1973). *Politique et développement économique: structure de pouvoir et système de décision au Brésil (1930-1964)* (Thèse de Doctorat). Paris, France: Université René Descartes.
- Martins, J. S. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, SP: Pioneira.

- 
- Mourão, A., & Gomes, A. C. (2014). (Orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal. Coimbra, Portugal*: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, F. M. C. (1972). A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, 2, 3-82.
- Oliveira, L. L., Velloso, M. P., & Gomes, A. M. C. (Orgs.). (1982). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Perlatto, F. (2016). Adeus ao populismo? Reviravoltas de um conceito e de uma política no Brasil do tempo presente. In F. Perlatto, & D. Chaves (Orgs.), *Repensar os populismos na América do Sul: debates, tradições e leituras* (pp. 70-94). Rio de Janeiro, RJ: Autografia.
- Perlatto, F. (Org.). (2018). Novos e antigos populismos em debate: comparações, dissensos e pertinências (Editorial). *Revista Estudos de Política*, 9, 1-3.
- Perlatto, F. (2019). Estado e sociedade no Brasil, do petismo ao lulismo: corporativismo, concertação e participação. In L. A. Abreu, & M. A. Vannucchi (Orgs.), *Corporativismos ibéricos e latino-americanos* (pp. 371-393). Porto Alegre, RS: Ed. PUCRS.
- Perlatto, F., & Chaves, D. (Orgs.). (2016). *Repensar os populismos na América do Sul: debates, tradições e leituras*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia.
- Reis, E. (1980). *The agrarian roots of conservative modernization in Brazil, 1880-1930* (Ph.D. Thesis). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Santos, W. G. (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político no Brasil*. São Paulo, SP: Duas Cidades.
- Santos, W. G. (1979). *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Schwartzman, S. (1975). *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, SP: Difel.
- Silva, L. A. M. (Org.). (1986). *A luta dos loteamentos*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.].
- Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Velho, G. (2003). O lugar da interdisciplinaridade. In Fundação Getúlio Vargas (Org.), *CPDOC 30 anos* (pp. 13-19). Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Velho, O. G. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, SP: Difel.
- Vianna, L. W. (1976). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Vianna, L. W. (1983). *A classe operária e a abertura*. São Paulo, SP: Cerifa.
- Weffort, F. (1968). *Classes populares e política* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Weffort, F. (1972). *Sindicato e política* (Tese de Livre-Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

---

Weffort, F. (1978). Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, 1, 7-13.

## **Para citar este artigo:**

### **Norma A – ABNT**

PERLATTO, F. Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 24, p. 98-119, 2020.

### **Norma B – APA**

Perlatto, F. (2020). Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10(24), 98-119.

### **Norma C – Vancouver**

Perlatto F. Angela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2020 [cited Out 2, 2020];10(24):98-119. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2760>